

Tiranos frente a frente com a Justiça

Cinquentas anos depois de adotar a Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas, a comunidade internacional deu outro passo histórico. O acordo de Roma para a criação de um tribunal para julgar crimes de guerra é um marco na busca de um mundo mais justo.

Levar tiranos e torturadores ao julgamento continuará sendo difícil. O tribunal só pode agir se o país em que as atrocidades foram cometidas for signatário do acordo. O tratado tampouco torna o uso de armas químicas e biológicas uma violação criminosa, e não possui cláusulas adequadas para conflitos internos.

Apesar dessas e de outras de-

ficiências, o tratado representa uma grande realização. Pela primeira vez haverá um tribunal permanente, sediado em Haia, na Holanda, com seu próprio procurador, funcionários e 15 juízes independentes. Julgará casos de genocídio, crimes contra a humanidade, crimes de guerra e agressões.

Haveria mais motivo para comemorar, no entanto, se os Estados Unidos fossem signatários. Em vez disso, os norte-americanos se juntaram à China, ao Sudão e à Líbia no punhado de países que votaram contra o tratado.

Washington insistiu que as tropas norte-americanas que servem ao redor do globo deveriam ser

submetidas apenas à Justiça dos tribunais norte-americanos. Isso refletiu o temor de que seus soldados em serviço no exterior pudessem ficar vulneráveis a julgamentos com motivação política. Refletiu também a antipatia de longa data à ONU manifestada pelo senador Jesse Helms, o poderoso presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

O tratado, porém, inclui salvaguardas suficientes contra o uso impróprio dos poderes do tribunal. Este complementará, e não substituirá, organismos judiciais nacionais, intervindo somente

quando um sistema legal interno demonstrar ter falhado. Também contém normas para impedir que o procurador abuse do cargo. E,

Pela primeira vez um tribunal permanente julgará casos de crime contra a humanidade

na tentativa para obter a adesão de Washington e de outros indecisos, o tratado contém uma cláusula que permite aos Estados signatários sua exclusão por sete anos das disposições sobre crimes de guerra.

Esses termos foram suficientes para afastar os receios da França, que, a exemplo dos Estados Unidos, mantém tropas aquarteladas ao redor do mundo, bem como da Inglaterra, do Canadá e

de outros governos normalmente favoráveis ao ponto de vista de Washington.

A sugestão dos Estados Unidos de que agora "se opõem ativamente" ao tribunal a partir de sua instalação e reavaliarão seus compromissos de manutenção de tropas na Europa e em outras partes parece infelizmente pertinente.

A ratificação do tratado requer a assinatura de 60 países, um processo que poderá demorar até cinco anos. Nesse período, a superpotência que se vê como guardiã da consciência do mundo deve rever sua decisão. Caso contrário, poderá colocar em risco sua reivindicação de elevado nível moral em assuntos internacionais.